

LEI Nº 2.858, DE 01 DE ABRIL DE 2025.

DECLARA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO/MG O EVENTO FEIRA LIVRE "Feirinha", REALIZADO NA AVENIDA MARIZA DE SOUZA MENDES.

O vereador que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com fundamento no artigo 49 da Lei Orgânica do Município de Ouro Branco/MG c/c artigo 69, V do Regimento Interno desta Casa Legislativa, apresenta o seguinte projeto de lei:

- Art. 1º Fica declarado como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Ouro Branco/MG o evento feira livre "Feirinha", realizado na Avenida Mariza de Souza Mendes.
- Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se Patrimônio Cultural Imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas juntamente com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural, conforme disposto no art. 216 da Constituição Federal de 1988.
- Art. 3º O Poder Executivo Municipal, por meio de seus órgãos competentes, adotará as medidas necessárias para a preservação, valorização e promoção do evento Feira Livre "Feirinha", garantindo a continuidade e a transmissão das práticas culturais associadas ao evento.
- § 1º O reconhecimento do evento como Patrimônio Cultural Imaterial implica na adoção de políticas públicas que visem à salvaguarda do evento, incluindo a realização de estudos, inventários, registros e outras ações que se façam necessárias para a sua preservação.
- § 2º O Poder Executivo Municipal poderá firmar parcerias com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, para a promoção e valorização do evento.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ouro Branco, 01 de abril de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO BRANCO Confere com o original

Data:

PRESIDENTE.

VICE-PRESIDENTE SECRETARIO

SÁVIO RODRIGUES FONTES eríodo: PREFEITO MUNICIPAL

// 自我認為為我國際認識的學問的問題的

Publicado na quadro de avisa.

Maria Aparecida Coelho da Cunha OAB/MG 39.794

"Esta Lei é originária do Poder Legislativo, resultante do Projeto de Lei nº18 /2025, de autoria Vereador Mélicon José Alicando Procuradora Geral autoria Vereador Nélison José Alves.